



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS:

DESTAQUES (R\$ MM) 4T21	4T21	4T20	Δ%	2021	2020	Δ%
Margem Bruta	45	87	(48%)	265	222	19%
EBITDA	34	73	(53%)	228	172	33%
Resultado Financeiro	(2)	(2)	-	(13)	(17)	(24%)
Lucro Líquido	21	33	(36%)	140	79	77%
Indicadores Financeiros de Dívida¹	2021	2020	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	0,29	0,20	0,09			
EBITDA/Resultado Financeiro ³	17,64	10,23	7,41			



- ¹ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants
- ² Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários
- ³ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

- Margem bruta de R\$ 45 milhões no 4T21, -48% vs. 4T20 e de R\$ 265 milhões no acumulado do ano, +19% vs. 2020.
- EBITDA de R\$ 34 milhões no 4T21, -53% vs. 4T20 e de R\$ 228 milhões em 2021, +33% vs. 2020.
- Lucro Líquido de R\$ 21 milhões no 4T21, -36% vs. 4T20 e de R\$ 140 milhões em 2021, +77% vs. 2020.
- Disponibilidade de 96,59% no 4T21 e 96,76% no 2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Orientados por uma estratégia sustentável de investimentos em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, a Neoenergia entrega, em 2021, o EBITDA de R\$ 9,9 bilhões (+52%) e um Lucro Líquido de R\$ 3,9 bilhões (+40%). As grandes alavancas destes resultados são a recuperação de mercado, mesmo diante das incertezas quanto a evolução da pandemia mundial, e pelo impacto da inflação nas tarifas reguladas, os resultados refletem também a disciplina de custos e constante busca por eficiência. Verificamos um aumento de apenas 3% nas despesas operacionais no ano, absorvendo grande parte dos efeitos da aceleração da inflação, além do aumento do portfólio de ativos em operação e da retomada da normalidade das atividades operacionais.

Com um investimento de R\$ 9,4 bilhões, sustentado por um robusto plano de captações e fontes de financiamento globais, expandimos e reforçamos nossas redes de distribuição, além de garantir o avanço dos projetos de geração de energia renovável e de transmissão. Concluímos o parque eólico de Chafariz com 471MW, 92% já em operação comercial em 2021. Entregamos ao longo do ano os projetos de transmissão de Dourados, Santa Luzia e Jalapa, este último com operação comercial completa em 2022, todos com savings de capex e destinação de mais de um ano em relação ao edital do leilão. Ampliamos nosso portfólio de transmissão, com a aquisição de um novo lote, desta vez em Minas Gerais e seguimos com o desenvolvimento de nossa carteira de projetos de renováveis eólicos e fotovoltaicos. Incorporamos a Neoenergia Brasília em março e concluímos o processo de integração ainda em 2021. Com um investimento de R\$190 MM no Distrito Federal, iniciamos o turnaround da companhia, onde já alcançamos importantes resultados como a redução das perdas e aumento da arrecadação, além de importantes eficiências na operação.

Apresentamos um crescimento de mais de 6% no mercado de distribuição, alavancado pelo desempenho das classes comercial e industrial, e melhoramos a qualidade de serviço em todas as nossas distribuidoras. Com um plano estruturado de recuperação de energia reduzimos as perdas de energia em todas as nossas áreas de concessão, em especial na Neoenergia Pernambuco, com ter apresentado uma contínua trajetória decrescente.

Outro destaque é o desempenho de Neoenergia Termopernambuco que, durante a crise hídrica brasileira, foi despachada em sua capacidade máxima, contribuindo positivamente para os resultados de 2021 e reforçando sua importância na operação do sistema do Nordeste brasileiro. A maior geração termelétrica e a maior oferta de ventos, em períodos de poucas chuvas, mitigaram os efeitos de redução da geração hidrelétrica, reforçando a resiliência de nosso portfólio diversificado e integrado, e seu hedge natural.

O mercado brasileiro segue com avanços no ambiente regulatório como a redução de subsídios, o marco legal de geração distribuída, a regulamentação das usinas híbridas e, já em 2022 as definições sobre a cessão de áreas para geração eólica off shore. Neste contexto, temos investido na capacitação de equipes, desenvolvimento de expertise e parcerias estratégicas, além da integração da operação, com foco na otimização de projetos e a construção de soluções de tecnologia e engenharia. Em 2021 fechamos novas parcerias para o desenvolvimento de Hidrogênio Verde no Brasil.

Em um movimento estratégico diante da iminente liberalização de mercado, unificamos nossa marca Neoenergia, reforçando o compromisso de toda Neoenergia com o fornecimento de energia limpa, acessível e de qualidade e fortalecendo o modelo de negócios, fundamentado na gestão, eficiência, inovação e sustentabilidade. Ativamos o relacionamento com os clientes, ampliando a oferta de produtos e serviços, além de disponibilizarmos novos canais de atendimento e pagamento.

Acreditamos que as empresas podem, e devem, assumir um papel relevante no desenvolvimento nas regiões onde atuam. Para além de nosso papel de geração e fornecimento de energia, buscamos contribuir com a economia de nossas áreas de atuação. Temos um programa de desenvolvimento de fornecedores locais e sustentáveis, que já representam mais de 60% de todas as contratações, e Nossa Escola de Eletricistas, projeto reconhecido pela ONU que muito nos orgulha, objetiva capacitar e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a formação de 1,7 mil pessoas e a geração de emprego de qualidade com aproveitamento de 95% dos formados em nosso projeto de internalização.

Para ampliar a diversidade e aumentar a relevância feminina em toda a sociedade e como impulso ao esporte, fechamos um contrato pioneiro de patrocínio a atletas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e ao Campeonato Feminino Brasileiro que leva o nome da Neoenergia, além disso promovemos a participação de mulheres nas Escolas de Eletricistas, e, internamente, temos ampliado a expressão feminina na liderança da Neoenergia.

Direcionado pelo nosso compromisso de desenvolvimento social, cultural e institucional, o Instituto Neoenergia investiu mais de R\$ 9 MM entre recursos próprios e incentivados. A atuação do Instituto, integrada ao modelo de negócios do grupo tem nos permitido importantes parcerias, como com BNDES para participação como fundador do Projeto Resgatando História.

Nossa estratégia e práticas sustentáveis nos destacam e nos fazem figurar entre importantes índices de sustentabilidade e governança, como FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Londres, o Sustainability Yearbook da S&P e o ISE Bovespa, além do reconhecimento com selo Prática pelo 4º ano consecutivo, expandindo também a certificação para nossas distribuidoras.

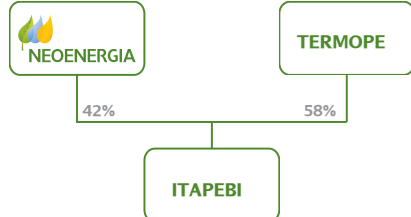
Para concluir gostaria de agradecer a todos os colaboradores de Neoenergia pela entrega e compromisso com os resultados e criação de valor para os nossos Acionistas. O ano 2022 nos apresenta novos desafios, mas contamos com os recursos e pessoas qualificadas para continuar as nossas entregas.

Mario José Ruiz - Tagle Larraín
Diretor-Presidente da Neoenergia

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Itapebi foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de ITAPEBI, localizada no Rio Jequitinhonha, município de Itapebi, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG). Sua capacidade instalada é de 462,01 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 209,1 MW, os quais estão destinados ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a NC Energia S.A..

A Neoenergia detém 42% de participação acionária em Itapebi e os outros 58% são detidos por Termopernambuco - empresa do Grupo Neoenergia.



2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam promissoras, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificado pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.

Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados a pior seica no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25%, ano final de 2021.

Quanto ao PIB, a economia encerra 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

Em 9 de setembro de 2020, foi publicada a Lei nº 14.052, sobre a repactuação dos riscos não hidrológicos que têm sido indevidamente assumidos pelos geradores do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. A Lei prevê compensação aos participantes do MRE pelo deslocamento da geração hidrelétrica em razão de geração termelétrica fora da ordem de mérito de custo e dos efeitos causados pelos empreendimentos estruturantes no que se refere a antecipação de garantia física durante a fase de motorização e restrições de escoamento da energia em função de atrasos das instalações de transmissão. A Lei prevê ainda a compensação de forma retroativa para os agentes que não tenham repactuado o risco hidrológico e desistam das ações judiciais que discutam a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos. A compensação prevista na lei é via extensão do prazo de concessão das usinas. Desta forma, em 17 de setembro de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.932 com os períodos de extensão da concessão. Itapebi teve uma extensão de 1.353 dias.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Itapebi apresentou índice de disponibilidade de 96,59% no 4T21 (vs. 99,72% no 4T20) e de 96,76% no 2021 (vs. 99,28% no 2020). No trimestre, Itapebi gerou 292,1 GWh (vs. 499,6 GWh no 4T20), em função de menor recurso hídrico em relação ao ano anterior. Já em 2021, a usina gerou 775,3 GWh (vs. 1.043,1 GWh no 2020), pelos mesmos motivos do trimestre.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	53	65	(12)	(18%)	207	221	(14)	(6%)
Custos com Energia	(8)	22	(30)	(136%)	58	1	57	5.700%
MARGEM BRUTA	45	87	(42)	(48%)	265	222	43	19%
Despesa Operacional	(11)	(15)	4	(27%)	(37)	(51)	14	(27%)
EBITDA	34	73	(39)	(53%)	228	172	56	33%
Depreciação	(8)	(5)	(3)	60%	(31)	(22)	(9)	41%
Resultado Financeiro	(2)	(2)	-	-	(13)	(17)	4	(24%)
IR/CS	(3)	(32)	29	(91%)	(44)	(54)	10	(19%)
LUCRO LÍQUIDO	21	33	(12)	(36%)	140	79	61	77%

No 4T21 a Itapebi registrou margem bruta de R\$ 45 milhões, redução de R\$ 42 milhões em relação ao 4T20, fruto, principalmente, da repactuação do risco hidrológico que afetou positivamente a rubrica de custo com energia no 4T20, além de um menor volume de energia alocada ao contrato de venda junto a Neoenergia Comercializadora (NC) (182 MWh 4T21 vs. 203 MWh 4T20), compensado parcialmente por um maior preço de venda (175 R\$/MWh 4T21 vs. 167 R\$/MWh 4T20), corrigido pelo IPCA em janeiro de 2021.

No ano, a margem bruta foi de R\$ 265 milhões, +R\$ 43 milhões vs. 2020, explicada pela repactuação do risco hidrológico que afetou positivamente a rubrica de custo com energia em R\$ 98 milhões em 2021 vs. R\$ 32 milhões em 2020.

No que tange às despesas, a usina segue apresentando eficiências, registrando R\$ 11 milhões no 4T21, redução de R\$ 4 milhões em relação ao 4T20. Em 2021, o PMSO foi de R\$ 37 milhões, decréscimo de R\$ 14 milhões frente 2020.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA encerrou o 4T21 em R\$ 34 milhões, -R\$ 39 milhões vs. 4T20. Já no ano, alcançou R\$ 228 milhões, +R\$ 56 milhões acima de 2020.

Já o lucro líquido no 4T21 foi de R\$ 21 milhões, -R\$ 12 milhões em relação ao 4T20 e no ano foi de R\$ 140 milhões, +R\$ 61 milhões acima de 2020.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

EBITDA (R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro Líquido do período (A)	21	33	(12)	(36%)	140	79	61	77%
Despesas financeiras (B)	(3)	(3)	-	-	(16)	(22)	6	(27%)
Receitas financeiras (C)	1	1	-	-	3	4	(1)	(25%)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	(1)	1	(2)	(200%)	0	1	(1)	(100%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	(3)	(32)	29	(91%)	(44)	(54)	10	(19%)
Depreciação e Amortização (F)	(8)	(5)	(3)	60%	(31)	(22)	(9)	41%
EBITDA = A - (B+C+D+E+F)	34	73	(39)	(53%)	228	172	56	33%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	0,5	0,7	(0,2)	(28,6%)	1,6	3,5	(1,9)	(54,3%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e instrumentos financeiros derivativos de dívida	(2,0)	(1,1)	(0,9)	81,8%	(4,0)	(5,6)	1,6	(28,6%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(0,5)	(1,8)	1,3	(72,2%)	(10,6)	(14,7)	4,1	(27,9%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,1)	(0,3)	0,2	(66,7%)	(0,2)	(0,5)	0,3	(60,0%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(0,6)	4,1	(4,7)	(114,6%)	(4,1)	(2,2)	(1,9)	86,4%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	0,2	(5,6)	5,8	(103,6%)	(6,3)	(12,0)	5,7	(47,5%)
Total	(2,0)	(2,2)	0,2	(9,1%)	(13,0)	(16,8)	3,8	(22,6%)

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 2,0 milhões no 4T21, em linha com o 4T20. Já no ano, o Resultado Financeiro foi de -R\$ 13 milhões (+R\$ 3,8 milhões vs. 2020), explicada por menores encargos.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD ¹	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA ²	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

Nota 1: variação cambial entre 31/12/2020 a 31/12/2021.

Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-1).

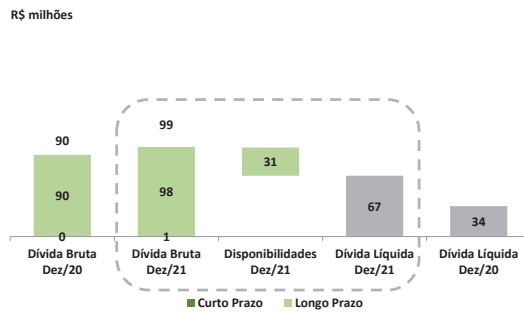
8. INVESTIMENTOS

Em Itapebi foram investidos R\$ 4,3 milhões no 4T21 e R\$ 136 milhões em 2021, aumento de R\$ 0,3 milhões vs. 4T20 e de R\$ 128,9 milhões vs. 2020, devido ao reconhecimento no ativo intangível decorrente do acordo do risco hidrológico no valor de R\$ 130 milhões.

9. ENDIVIDAMENTO

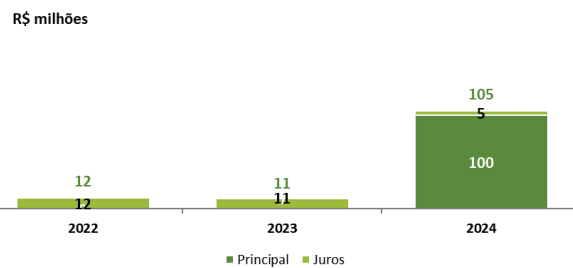
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2021, a dívida líquida incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 67 milhões (dívida bruta de R\$ 99 milhões), apresentando um crescimento de 97% (R\$ 34 milhões) em relação a dezembro de 2020, devido ao Mútuo realizado junto a Neoenergia, no valor de R\$ 30 milhões.. Em relação a segregação do saldo devido, a Itapebi possui 98,9% da dívida contabilizada no longo prazo e 1,1% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Itapebi possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado.

Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 57.477 mil, pagos em 05 de maio de 2021, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 06 de abril de 2021 e Dividendos sobre reservas de retenção de lucro, no montante de R\$ 17.399 mil, pagos em 05 de outubro de 2021, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizado em 17 de julho de 2021.
- (ii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

- R\$ 6.993 mil, pagos em 26 de agosto de 2021, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de junho de 2021;
- R\$ 6.766 mil, com previsão de pagamento para até 31 de dezembro de 2022, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de dezembro de 2021.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade dos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo Neoenergia, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do Estatuto Social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, conforme abaixo.

Conselho de Administração

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Conselho Fiscal

Com função independente, quando instalado, é composto por três membros titulares e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal não funciona em caráter permanente e se instala a pedido de acionistas, sempre que necessário. Atualmente, não há Conselho Fiscal instalado. Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos com confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

10.1.3. Gestão de Pessoas

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021, o Grupo Neoenergia investiu R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1737 eletricistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricistas no Distrito Federal. Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contamos com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

(i) Situar a intensidade das emissões abaixo dos 50 gramas de CO2 por kWh gerado no ano de 2030, visando a alcançar a neutralidade em carbono no ano 2050;
 (ii) Alcançar perda líquida Nula de Biodiversidade em novos empreendimentos até 2030;
 (iii) Alcançar 35% de mulheres em postos de liderança na Companhia até 2030; e
 (iv) 70% dos grandes fornecedores classificados como sustentáveis até 2022 e 100% em 2030.
 Desde 2007, a Companhia renova o compromisso com os dez princípios do Pacto Global, iniciativa que preconiza uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção, e, desde 2015, aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos da ONU. Os Objetivos 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação global contra as mudanças climáticas), são os prioritários para a Neoenergia. A Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17).
 Em setembro de 2021, Solange Ribeiro, Diretora-Presidente Adjunta da Neoenergia, foi nomeada vice-presidente do Conselho do Pacto Global da ONU, maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo.
 A partir de janeiro de 2022 a Neoenergia integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 pelo 2º ano consecutivo, índice que reúne companhias que possuem as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa. A Neoenergia também conquistou o score A- no caderno de mudanças climáticas do CDP em sua primeira participação nesta iniciativa, considerada a principal do setor financeiro em relação à mitigação das mudanças climáticas.
 Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/).

11.2. Inovação
 O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Esse compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, Integração dos Sistemas de Redes e Eletrificação da Demanda.
 A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletrificação.
 Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de open innovation, sempre com participação ativa e garantida da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.
 Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano.
 Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, tem o “Conexão Digital”, cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autosserviço de Religação, sem a necessidade de atendimento humano.
 Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrarem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.
 Por fim, em *open innovation*, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

11.3. Educação e Cultura
 No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a de assessoria - que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.
 Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspiral, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

11.4. Instituto Neoenergia
 Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.
 Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, criando práticas educacionais, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integraram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.
 A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

11.5. Pesquisa e Desenvolvimento
 Em 2021, Itapebi destinou R\$ 348 mil aos principais projetos de P&D elencados abaixo:
Hidrogênio Verde – Desenvolvimento de solução de produção local de Hidrogênio Verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento de demanda interna de resfriamento da Termopernambuco, aplicação em empilhadeira industrial e em mobilidade (abastecimento veicular)
HelioTérmico – Instalação de uma planta-piloto de geração helioTérmica, com geração de calor e fornecimento de energia, a ser conectada a um processo industrial, para validação da viabilidade técnico-econômica da tecnologia no Brasil.
Sistema Inteligente de Armazenamento de Energia (SIAE) – que possibilitará a otimização da operação da usina Tubarão, no arquipélago de Fernando de Noronha, associando as diversas fontes de geração de energia (térmica + fotovoltaica) a um sistema de baterias de Ion Lítio.
Segurança de Barragens – Desenvolvimento de um sistema inovador georreferenciado para gerenciamento inteligente do Plano de Segurança de Barragens (PSB). O desenvolvimento proposto se refere a um sistema de apoio à decisão baseada em análises de risco em tempo real.

12. AUDITORES INDEPENDENTES
 A companhia, em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017 e renovado em 26/05/2021, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 186.407,44 referentes à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais).
 A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13. BALANÇO SOCIAL
 O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2021 será publicado até 15 de março de 2022 no site da companhia (www.neoenergia.com). O desempenho da Neoenergia em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança é divulgado anualmente desde 2004 e, a partir de 2010, passou a ser informado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, o documento considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, assim como requisitos do Down Jones Sustainability Index (DJSI). E este ano, o relatório adiciona as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD), ou Força-tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A edição anterior, relativa ao ano de 2020, foi publicada em março de 2021.

DISCLAIMER
 Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. (“ITAPEBI”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.
 A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.
 Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.
 Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2021	2020
Receita operacional, líquida	3	206.601	221.342
Custos dos serviços		21.603	(29.507)
Custos com energia elétrica	4	57.860	1.044
Custos de operação	5	(36.257)	(30.551)
Lucro bruto		228.204	191.835
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(32.140)	(41.885)
Lucro operacional		196.064	149.950
Resultado financeiro	6	(12.945)	(16.836)
Receitas financeiras		3.187	3.642
Despesas financeiras		(16.138)	(21.814)
Outros resultados financeiros, líquidos		6	1.336
Lucro antes dos tributos		183.119	133.114
Tributos sobre o lucro	7.1.1	(43.538)	(53.637)
Corrente		(14.242)	(42.671)
Diferido		(29.296)	(10.966)
Lucro líquido do exercício		139.581	79.477
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:	17.2.a	0,69	0,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	139.581	79.477
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (perdas) em <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(17.249)	40.281
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	2.490	(2.833)
Transferências de impactos realizados para o lucro líquido	9.925	(31.950)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(4.834)	5.498
Resultado abrangente do exercício	134.747	84.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	236.475	254.097
Receita de construção de ativos próprios	2.882	6.338
Insumos adquiridos de terceiros	239.357	260.435
Energia elétrica comprada para revenda	73.484	21.963
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(21.564)	(20.084)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(18.535)	(21.538)
Valor adicionado bruto	33.385	(19.659)
Depreciação e amortização	272.742	240.776
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	241.790	218.905
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	56.810	105.110
Valor adicionado total a distribuir	298.600	324.015

	2021	2020
Pessoal		
Remunerações (incluindo férias e 13º salário)	13.447	20.062
Encargos sociais (exceto INSS)	(1.878)	1.326
Benefícios	3.229	4.681
Outros	672	691
Subtotal	15.470	26.760
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	6.119	8.603
PIS/COFINS sobre faturamento	15.774	24.275
Tributos sobre o lucro	43.538	53.637
Obrigações intraspetoriais	8.317	9.505
Outros	203	2
Subtotal	73.951	96.022
Financiamentos		
Juros e variações cambiais	69.598	121.756
Subtotal	69.598	121.756
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e Juros sobre capital próprio	123.586	79.477
Reserva de incentivo fiscal – SUDENE	15.995	-
Subtotal	139.581	79.477
Valor adicionado distribuído	298.600	324.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
 A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (“ITAPEBI” ou “Companhia”) é uma empresa do Grupo Neoenergia localizada no município de Itapebi, no estado da Bahia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 1999, para exploração da referida área. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo com contrato vigente até dezembro de 2022, com previsão de renovação anualmente. **1.1. CORONAVÍRUS (“COVID-19”): a) Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também gerou redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo. **b) Impacto nas demonstrações financeiras:** As receitas desse segmento estão atreladas aos contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre à disponibilidade da infraestrutura, à geração de energia elétrica, bem como ao risco hidrológico (“GSF”) e ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”). A Companhia não observou impacto significativo em suas demonstrações financeiras decorrente da COVID-19. **1.2. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.2.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao mode-

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	139.581	79.477
Lucro líquido do exercício		
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	30.952	21.871
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	109	-
Tributos sobre o lucro	43.538	53.637
Resultado financeiro, líquido	12.945	16.836
Outros	1.938	-
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF	(95.056)	(35.102)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	7.334	(14.694)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	2.976	(720)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(257)	6.085
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(7.800)	12.756
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(11.031)	(3.979)
Outros ativos e passivos, líquidos	(3.097)	(10.924)
Caixa líquido proveniente das operações	122.132	125.243
Encargos de dívidas pagas	(4.183)	(7.685)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	1.043	1.882
Rendimento de aplicação financeira	1.639	3.515
Pagamento de juros - Arrendamentos	(240)	(101)
Tributos sobre o lucro pagos	(12.343)	(27.508)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	108.048	95.432
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.788)	(7.148)
Mútuos com controladora aplicados	(30.000)	-
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(37.788)	(7.148)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos	-	(100.000)
Pagamento de principal - Arrendamentos	(1.413)	(611)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(94.298)	(47.063)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(95.711)	(147.674)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(25.451)	(59.390)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.660	116.500
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.209	56.660
Transações que não envolveram caixa:		
Estorno de provisão licença operacional	-	2.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Capital	Reserva de Capital Especial	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Retenção de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202.525	18.182	36.992	7.667	-	57.477	6.521	-	346.762
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	139.581	139.581
Outros resultados abrangentes (nota 17.3)	-	-	-	-	-	-	(4.834)	-	(4.834)
Deliberação de pagamento com reserva de retenção de lucros (nota 17.2.b)	-	-	-	-	(17.399)	-	-	-	(17.399)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 17.2.b)	-	-	-	-	-	(57.477)	-	-	(57.477)
Destinações:									
Reserva de incentivo fiscal (nota 17.5.3)	-	-	-	15.995	-	-	-	(15.995)	-
Juros sobre capital próprio (nota 17.2.b)	-	-	-	-	-	-	-	(13.759)	(13.759)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(23.200)	(23.200)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	86.627	-	(86.627)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.525	18.182	36.992	7.667	15.995	-	1.687	-	369.675
Saldos em 31 de dezembro de 2019	202.525	18.182	36.992	7.667	-	17.399	33.683	1.023	317.471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	79.477	79.477
Outros resultados abrangentes (nota 17.3)	-	-	-	-	-	-	5.498	-	5.498
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 17.2.b)	-	-	-	-	-	(33.683)	-	-	(33.683)
Destinações:									
Juros sobre capital próprio (nota 17.2.b)	-	-	-	-	-	-	-	(14.206)	(14.206)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(7.794)	(7.794)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	57.477	-	(57.477)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202.525	18.182	36.992	7.667	-	17.399	57.477	6.521	346.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	31.209	56.660
Contas a receber de clientes e outros	9	21.833	29.167
Contas a receber de operações de mútuo	10	31.347	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.3	-	32

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de Instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuem boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating. O quadro a seguir apresenta os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2021.

Ratings de longo prazo em escala nacional (¹)	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	AAA	AAA
Santander	AAA		

(¹) MUFG, Morgan Stanley possuem ratings apenas em escala global.

1.3. Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2021 a 31/05/2022	36.000
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2021 a 31/05/2022	100.000
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2021 a 31/05/2022	2.100.000
Veículos - Operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	700
Veículos - Executivo	31/05/2021 a 31/05/2022	100%FIPE
Empresarial	31/05/2021 a 31/05/2022	60.000
Equipamentos de Medição Portáteis	30/06/2021 a 30/06/2022	Valor equipamento

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de fevereiro de 2022. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas a estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem o reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota Estimativas e julgamentos significativos

3.2	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.4	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Contas a receber de clientes e outros
11.1	Imobilizado
16.1	Provisão para processos judiciais
19.2	Instrumentos financeiros derivativos

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (LIBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Normativo emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2021	2020
Fornecimento de energia	230.653	249.302
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	5.822	4.795
Receita operacional bruta	236.475	254.097
(-) Deduções da receita bruta	(29.874)	(32.755)
Receita operacional, líquida	206.601	221.342

3.1. Deduções de receita bruta

	2021	2020
Tributos	(21.557)	(23.250)
PIS e COFINS	(21.557)	(23.250)

Encargos setoriais

Outros encargos ^(¹)	(8.317)	(9.505)
	(8.317)	(9.505)
Total	(29.874)	(32.755)

(¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hidricos (CFURH); **3.2. Política contábil e julgamento crítico:** a) **Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"). b) **Estimativas e julgamento crítico:** Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	2021	2020
Compra para revenda		
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	(8.635)	(6.890)
Energia curto prazo - PLD e MRE ^(¹)	(12.805)	(6.110)
Ressarcimento do risco hidrológico - GSF (nota 12)	95.056	35.102
Outros	(132)	(139)
Subtotal	73.484	21.963
Créditos PIS e COFINS	4.013	(2.629)
Total	77.497	19.334

Encargos de uso dos sistemas de transmissão

Encargos de rede básica	(21.564)	(20.084)
Subtotal	(21.564)	(20.084)
Créditos de PIS e COFINS	1.927	1.794
Total	(19.637)	(18.290)

Total dos custos com energia elétrica

	57.860	1.044
--	--------	-------

(¹) Aumento da necessidade de compra de energia em 2021 no mercado de curto prazo.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		2020	
	Outras Receitas/Despesas gerais de operação e administrativas	Total	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados ^(¹)	(2.450)	(18.972)	(21.422)	(2.466)
Serviços de terceiros	(5.997)	(8.511)	(14.508)	(5.632)
Depreciação e amortização	(26.635)	(4.317)	(30.952)	(18.879)
Outras receitas e despesas, líquidas ^(²)	(1.175)	(340)	(1.515)	(3.574)
Total	(36.257)	(32.140)	(68.397)	(30.551)

(¹) O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu uma redução do custo incremental de R\$ 18.085 em 2021 e de R\$ 8.828 em 2020.

(²) Refere-se a seguros, materiais, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.639	3.515
(-) Tributos sobre receita financeira	(157)	(190)
Outras receitas financeiras ^(¹)	1.705	317
Despesas financeiras	3.187	3.642
Encargos sobre instrumentos de dívida ^(²)	(4.232)	(7.511)
Atualização de provisões para processos judiciais e provisões ambientais	(4.466)	(2.530)
Outras despesas financeiras ^(³)	(7.440)	(11.773)
	(16.138)	(21.814)

Outros resultados financeiros, líquidos
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida
Perdas com instrumentos financeiros derivativos
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos
Outras variações monetárias, líquidas

Resultado financeiro líquido

^(¹) Inclui o valor de atualização de depósitos judiciais R\$ 358 e R\$ 1.347 referente à remuneração da taxa de juros do contrato de mútuo a receber com a controladora final Neoenergia S.A.;

^(²) Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadora de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e amortização de custos de captação;

^(³) Inclui o valor de R\$ 3.888 referente ao uso de bem público, R\$ 1.668 de fee de garantias, R\$ 956 de tributos, R\$ 240 de arrendamentos, R\$ 328 sobre encargos de P&D e R\$ 360 de outros;

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%). **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	183.119	133.114
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(62.261)	(45.259)
Ajustes que afetam o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	4.678	4.830
Incentivos fiscais ^(¹)	16.057	224
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(2.012)	(13.109)
Outras adições (reversões) permanentes	(2.012)	(3.723)
Tributos sobre o lucro	(43.538)	(53.637)
Alíquota efetiva	24%	40%
Corrente	(14.242)	(42.671)
Diferido	(29.296)	(10.966)

^(¹) Aumento de incentivos fiscais devido início da apuração dos benefícios SUDENE, iniciados no exercício de 2021.

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos: O reconhecimento do tributo diferido é com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

7.1.3. Tributos correntes ativos e passivos

	2021	2020
Mais-valia e provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL)	1.065	1.274
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais	3.519	3.521
Provisões ambientais e para desmantelamento	3.579	2.964
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	2.479	2.681
Arrendamentos capitalizados	158	(2)
PLR	2.673	2.353
Depreciação acelerada	(5.740)	(5.978)
Valor justo de instrumentos financeiros	(870)	(3.360)
Provisão de xornecedores	6.035	6.463
Ressarcimento do Risco Hidrológico - GSF	(41.722)	(11.934)
Total	(28.824)	(2.018)

Passivo não circulante

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(2.018)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(29.296)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	2.490
Transferências entre ativos e passivos	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(28.824)

Saldos em 31 de dezembro de 2019
Efeitos reconhecidos no resultado
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes
Transferências entre ativos e passivos
Saldos em 31 de dezembro de 2020

	2021	2020
IRPJ	799	3
CSLL	106	-
Ativo	905	3
Circulante	3	3
Não circulante	902	-
Passivo	2021	2020
Circulante	7.014	7.560
Não circulante	10.113	8.868
Total	17.127	16.428

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 17.127 reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas. (R\$ 15.466 em 31 de dezembro de 2020). Além das incertezas tributárias no tratamento dos tributos sobre o lucro que foram reconhecidos, a Companhia possui o montante de R\$ 139.431 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 125.951 em 31 de dezembro de 2020), cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia. As principais naturezas das principais posições estão relacionadas abaixo, como segue: (i) Processo administrativo de não compensação por meio das quais pleiteia compensar débitos de IRPJ e CSLL com o saldo de IRPJ, no valor de R\$ 90.604 (R\$ 77.886 em 31 de dezembro de 2020); (ii) Autuação da Receita Federal do Brasil relacionada à cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de glosas das despesas de amortização do ativo relacionado ao processo de privatização/desverticalização do setor elétrico, no montante de R\$ 48.827. Não obstante o Governo tenha concedido a possibilidade de amortização do ativo sobre o preço mínimo de venda das estatais, para abatimento do IRPJ/CSLL, a Receita Federal considera que as despesas de amortização de ativo não seriam dedutíveis em decorrência das operações societárias praticadas. O período autuado é de 2007 a 2010 (R\$ 48.064 em 31 de dezembro de 2020). **7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis. **7.2. Benefício fiscal - Mais-Valia e PMIPL:** O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a PMIPL, cujos saldos são como segue:

Mais-valia - incorporado	53.477
Provisão constituída	(35.295)
Benefício fiscal	18.182
Amortização acumulada	(49.729)
Reversão acumulada	32.821
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.274
Amortização	(614)
Reversão	405
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.065

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme curvas abaixo:

	Entre 2022 e 2031	Entre 2032 e 2036
Itapebi	179	73

7.3. Outros tributos: 7.3.1. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2021	2020
Programa de integração social - PIS	330	947
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.527	4.359
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.318	1.299
Outros	1.647	987
Outros tributos a recolher	4.822	7.592
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	7.800	7.616
Outros	2.285	2.005
Encargos setoriais	10.085	9.621
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	14.907	17.213
Circulante	12.486	7.733
Não circulante		

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | Companhia Aberta

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

Dominados em US\$		2021	2020
Indexados a taxas fixas		142.175	132.397
		142.175	132.397
		142.175	132.397
Passivo circulante		538	501
Passivo não circulante		141.637	131.896

Em 31 de dezembro de 2021, o custo médio da dívida por moeda é o seguinte:

	2021	2020
Custo médio em % CDI ¹	91,60%	123,20%
Custo médio em taxa pré	4,30%	3,30%
Saldo da dívida	142.175	132.397
Instrumentos financeiros derivativos	(43.662)	(42.104)
Dívida total líquida de derivativos	98.513	90.293

⁽¹⁾ A taxa considera o saldo médio da dívida de 13 meses e o resultado da dívida acumulado e o CDI médio dos últimos 12 meses.
b) Fluxo de pagamento de dívida: Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio do endividamento da Companhia é de 2,42 anos. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ^(b)	Juros ^(b)	Instrumentos derivativos	Total
2022	-	5.425	6.665	12.090
2023	-	5.971	5.287	11.258
2024	173.872	3.141	(71.908)	105.105
Total	173.872	14.537	(59.956)	128.453

^(b) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2021 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.
c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	132.397	202.526
Efeito no fluxo de caixa:		
Amortizações de principal	-	(100.000)
Pagamentos de encargos da dívida	(4.183)	(7.685)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	4.232	7.511
Variação cambial	9.729	30.045
Saldo final do exercício	142.175	132.397

d) Condições restritivas financeiras (Covenants): Alguns contratos de dívida da Companhia contém cláusulas de covenants. Os principais covenants da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida sobre o EBITDA (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e EBITDA sobre o resultado financeiro. Abaixo seguem os principais parâmetros: Consolidado da controladora Neoenergia: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4; A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **e) Política contábil:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação. **14.3. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza *swaps*, com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 19. **a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2021	2020
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	43.662	42.104
Exposição líquida	43.662	42.104
Ativo circulante	-	326
Ativo não circulante	44.195	41.778
Passivo circulante	(533)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	43.662	42.104
	43.662	42.104

b) Reconciliação dos derivativos com os fluxos de caixa e outros resultados abrangentes

	2021	2020
Saldo inicial		
Ganho reconhecido no resultado	42.104	3.705
Liquidação financeira entradas (saídas)	9.925	31.950
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(1.043)	(1.882)
	(7.324)	8.331
Saldo final	43.662	42.104
Ganho reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido	9.925	31.950

c) Política contábil e julgamentos críticos: **I. Política contábil:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo imobilizado/intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **II. Estimativas e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas na nota 19.

15. USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 28 de maio de 1999, a Companhia celebrou o contrato de concessão de geração, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Município de Itapebi, Estado da Bahia. Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6º ao 35º ano de concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2020		20.632
Valor de reposição estimado da concessão	5.009	
Atualização monetária	3.888	
Pagamentos	(2.925)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.604	
Circulante	3.129	
Não circulante	23.475	

	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019		16.998
Atualização monetária	6.076	
Pagamentos	(2.442)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.632	
Circulante	2.521	
Não circulante	18.111	

16. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisões para processos judiciais (nota 16.1)	7.256	7.997
Provisão para obrigações ambientais (nota 16.2)	33.511	44.166
	40.767	52.163

16.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: **a) Provisão para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as partes decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.024	6.973	7.997
Adições e reversões, líquido	(218)	(43)	(261)
Atualização monetária	(421)	(59)	(480)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	385	6.871	7.256
Saldos em 31 de dezembro de 2019	912	7.108	8.020
Adições e reversões, líquido	-	(251)	(251)
Atualização monetária	112	116	228
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.024	6.973	7.997

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos: **(i) Processos cíveis:** • Ação cível onde é requerida indenização por danos morais, decorrentes de alegação de pescadores devido a construção da barragem no Rio Jequitinhonha, onde os recursos ambientais da região foram modificados, causando-lhes diversos prejuízos, no montante de R\$ 385 (R\$ 324 em 31 de dezembro de 2020). **(ii) Processos trabalhistas:** Do total de R\$ 6.871 (R\$ 6.973 em 31 de dezembro de 2020) provisionados, destaca-se: • Ação de reclamação trabalhista, pleiteando horas extras não pagas e o reflexo nas demais verbas postuladas. O valor provisionado no montante de R\$ 1.508 (R\$ 1.437 em 31 de dezembro de 2020), corresponde a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão. **b) Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2021	2020
Processos cíveis (i)	146.543	191.786
Processos trabalhistas (ii)	4.768	4.368
Processos fiscais (iii)	15.442	15.419
	166.753	211.573

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: **(i) Cíveis:** A Companhia está no polo passivo de diversas ações cíveis referente a ações indenizatórias movidas por moradores de Salto da Divisa que alegam danos em seus imóveis após implantação da UHE Itapebi, com um total estimado de R\$ 146.543 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 191.786 em 31 de dezembro de 2020), com expectativa de perda possível. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. **(ii) Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 4.768 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.368 em 31 de dezembro de 2020) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível. No ano de 2020 os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m. e pela variação do IPCA na fase pré-processual e SELIC após o ajuizamento das ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58, com impacto de R\$ 398 em dezembro de 2021. **(iii) Fiscais:** A Companhia possui um total estimado em R\$ 19.852 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.419 em 31 de dezembro de 2020) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante destacamos: (i) falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.220 (R\$ 15.177 em 31 de dezembro de 2020). **c) Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2021	2020
Processos cíveis	1.833	1.717
Processos trabalhistas	4.574	4.218
	6.407	5.935

d) Política contábil e julgamentos críticos: **(i) Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **(ii) Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **16.2. Provisões ambientais:** As provisões ambientais referem-se ao acordo firmado em 21 de novembro de 2002 entre a Companhia, o autor da ação popular impetrada em setembro de 2002, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto socioambientais decorrentes da implantação do empreendimento da Usina hidrelétrica Itapebi. As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Ref. Provisões Ambientais
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.166
Ajuste ao valor presente	(6.947)
Baixa/Reversão	(3.910)
Pagamentos/Indenizações	(4.008)
Atualização	4.210
Saldos em 31 de dezembro de 2021	33.511
Saldos em 31 de dezembro de 2019	48.767
Baixa/Reversão	(6.591)
Pagamentos/Indenizações	(310)
Atualização	2.302
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.166

a) Em 2019, visando cumprir as condicionantes da 1ª Renovação Licença de Operação da Usina Hidroelétrica Itapebi, foi constituída nova provisão para gastos ambientais no montante de R\$ 22.058. Em 2020, houve uma baixa R\$ 2.968 e em 2021, um ajuste ao valor presente das condicionantes ambientais de R\$ 6.947, totalizando o novo valor da licença em R\$ 12.142.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é de R\$ 202.525, correspondente a 202.524.938 ações ordinárias escrituradas, totalmente integralizadas e sem valor nominal.

	Acionistas		
	ON	ON %	R\$
Neoenergia S.A.	85.061	42%	85.061
Termopernambuco S.A.	117.464	58%	117.464
Total de ações em circulação	202.525	100%	202.525

17.2. Lucro por ação e remuneração aos acionistas: **a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ações estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	139.581	79.477
Média ponderada de número ações em circulação	202.525	202.525
Lucro básico e diluído por ação	0,69	0,39

b) Remuneração aos acionistas: O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	139.581	79.477
Reserva de incentivo fiscal	(15.995)	
Lucro líquido a distribuir	123.586	
Remuneração		
Mínima obrigatória	36.959	
Remuneração adicional	86.627	
	123.586	

	2021	2020
Natureza da remuneração		
Dividendos	109.827	
JCP	13.759	
	123.586	
	0,61	

Os valores pagos aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S/A, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação (R\$)	
			ON	R\$
2021				
AGO de 06 de abril de 2021	Dividendos	57.477	0,2838019998	
RCA de 23 de junho de 2021	JCP	6.993	0,0345290705	
RCA de 17 de julho de 2021	Dividendos sobre reservas de retenção de lucro	17.399	0,0859103814	
RCA de 09 de dezembro de 2021	JCP	6.766	0,0334082212	
		88.635		
2020				
AGO de 17 de abril de 2020	Dividendos	33.683	0,1663152697	
RCA de 22 de junho de 2020	JCP	7.518	0,0371213430	
RCA de 11 de dezembro de 2020	JCP	6.688	0,0330230835	
		47.889		

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2021	2020
Saldos iniciais	13.479	6.990
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Dividendos declarados	98.076	41.477
Juros sobre capital próprio declarados	13.759	14.206
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(2.065)	(2.131)
Dividendos pagos no exercício	(82.669)	(33.683)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(11.629)	(13.380)
Saldos finais	28.951	13.479

17.3. Outros resultados abrangentes: A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa. **17.4. Reserva de capital:** **17.4.1. Reserva especial de ágio:** Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da Companhia, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio líquido, vide Nota 7. **17.5. Reservas de lucros:** **17.5.1. Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. **17.5.2. Reserva de retenção de lucros:** Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. **17.5.3. Incentivo fiscal imposto de renda - SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 15.995 (não houve apuração em 31 de dezembro de 2020) de incentivo fiscal SUDENE. **17.6. Política Contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas. Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo passível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

18. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com as subsidiárias da Neoenergia reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão de energia; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; (iv) compartilhamento de mão de obra; (v) operação de mútuo financeiro com a controladora. O Despacho Aneel de 29 de julho de 2020 aprovou a celebração de contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura para as empresas do Grupo NEOENERGIA, com vigência a partir de 07 de agosto de 2020. Como resultado do compartilhamento de recursos humanos, a Companhia reconheceu ruma redução do custo incremental de R\$ 18.085 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 8.828 em 31 de dezembro de 2020). As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:</

19. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021			2020		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	369	-	30.840	85	-	56.575
Contas a receber de clientes e outros	21.833	-	-	29.167	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	44.195	-	-	42.104	-
	22.202	44.195	30.840	29.252	42.104	56.575
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	13.559	-	-	10.394	-	-
Empréstimos e financiamentos	142.175	-	-	132.397	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	533	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.463	-	-	5	-	-
Uso do bem público	26.605	-	-	20.632	-	-
	183.802	533	-	163.428	-	-

CA - Custo amortizado; VJORA - Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR - Valor justo por meio do resultado.

19.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 19.2 (f), (análise de sensibilidade). **a) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo, está demonstrado como segue:

	2021		2020	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	30.840	30.840	56.575	56.575
Instrumentos financeiros derivativos	44.195	44.195	42.104	42.104
	75.035	75.035	98.679	98.679
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	533	533	-	-
	533	533	-	-

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **b) Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	142.175	139.666	132.397	136.832

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

c) Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **(iii) Métodos e técnicas de avaliação:** **(i) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa fluante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia. **(ii) Instrumentos financeiros derivativos:** A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculada por meio da utilização de metodologias adotadas como um padrão de mercado, que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. **e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2021 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2020	2021	2020	
Swap US\$ pré vs R\$ pós					
Ativo	US\$ 25.731	US\$ 25.494	147.032	143.988	
Passivo	R\$ 101.849	R\$ 100.263	(103.370)	(101.884)	
Exposição Líquida			43.662	42.104	1.558

f) Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,805	(142.175)	(35.543)	(71.087)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		147.032	36.755	73.512
Exposição Líquida				4.857	1.212	2.425

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	30.840	2.822	(705)	(1.411)

PASSIVOS FINANCEIROS
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	9,15%	(103.370)	(10.404)	(2.601)	(5.202)
-----------------------------------	-----	-------------	-------	-----------	----------	---------	---------

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

José Paulo Werberich

Titulares

Eduardo Capelastegui Saiz

Mariane Carvalho Medeiros

Leonardo Pimenta Gadelha

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo José Cavalcanti Lopes

Diretor-Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Rodolfo Fernandes da Rocha
Diretor de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho

Diretor de Regulação

Rachel Alves Pascale - CRC-RJ-Nº 115915/O-3

Contadora

Luciana Maximino Maia

Superintendente de Contabilidade

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Itapebi Geração de Energia S.A. tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2021, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado e complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, tomou conhecimento dos referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022.

José Paulo Werberich

Eduardo Capelastegui Saiz

Mariane Carvalho Medeiros

Leonardo Pimenta Gadelha

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Itapebi Geração de Energia S.A. sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Praia do Flamengo, 78, 4º andar Flamengo, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.397.080/0001-96, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaram que: (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Itapebi, alusivas ao período findo em 31.12.2021; e (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Itapebi, relativas ao período findo em 31.12.2021.

Rio de Janeiro, 02 de fevereiro de 2022.

Marcelo José Cavalcanti Lopes - **Diretor-Presidente**

Renato de Almeida Rocha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**

Rodolfo Fernandes da Rocha - **Diretor de Planejamento e Controle**

Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da Itapebi Geração de Energia S.A. - Itapebi - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos instrumentos financeiros derivativos

Veja a Nota 14.3 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia contratou instrumentos financeiros de dívida, cujas condições acarretam em riscos inerentes a oscilações de moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros e inflação. Os instrumentos financeiros derivativos, contratados com o objetivo de mitigar tais riscos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo e hedge de fluxo de caixa) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são mensurados através do exercício de julgamento significativo, utilizando premissas e metodologias de valorização. Considerando os valores envolvidos, a complexidade e julgamento envolvidos no processo de avaliação e mensuração dos instrumentos financeiros, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em instrumentos financeiros, dos modelos elaborados pela Companhia para a determinação do valor justo dos derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, utilizando dados extraídos de fontes externas, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e analisamos a efetividade do Hedge Accounting. Circularização das instituições financeiras para conferências dos instrumentos derivativos contabilizados. Verificamos se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros a valor justo no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6

